



Plano Estratégico para Implementação do Código Florestal

Síntese

AGOSTO 2023

O PlanaFlor é um conjunto de diretrizes estratégicas, organizadas na forma de um plano de desenvolvimento sustentável de abrangência nacional, que promove os ativos ambientais, econômicos e sociais a partir da efetiva implementação da Lei de Proteção da Vegetação Nativa (Lei Federal 12.651/2012), conhecida como Código Florestal (CF). Ele parte da visão de que a efetiva implementação do Código Florestal tem o potencial de fomentar a produção rural integrada à proteção e recuperação da cobertura vegetal, gerando trabalho, renda e impactos positivos para o meio ambiente, para o clima, para a economia e para a sociedade.

Há duas dimensões do PlanaFlor. Uma é o que chamamos de 'Projeto PlanaFlor', com duração de 5 anos (2021-2025), que contempla a compilação de informações, a realização de análises estratégicas, a formulação do conjunto de diretrizes, a publicação dos estudos que fundamentaram o plano estratégico, a construção da matriz de planejamento - a partir de um processo de consulta multissetorial - e o engajamento de órgãos de governo das esferas

federal e estadual, de empresas e entidades de classe do setor privado e de organizações da sociedade civil. O Projeto PlanaFlor está sendo desenvolvido por um consórcio de instituições constituído pela Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS), a BVRio, a Fundação Getulio Vargas (FGV) e a Conservation Strategy Fund (CSF-Brasil).

A outra dimensão é o Plano Estratégico em si. O PlanaFlor conta com 8 objetivos estratégicos, 21 estratégias e 104 ações. Considerando os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil nos temas de florestas, uso do solo e clima, com os quais as ações indicadas no PlanaFlor têm alto potencial de contribuição, o cronograma proposto prevê sua implementação ao longo de 8 anos (2023-2030).

Este documento sintetiza as propostas e diretrizes do PlanaFlor, incluindo os impactos sociais, econômicos e ambientais esperados. Todos os estudos e mapeamentos realizados, incluindo a íntegra do Plano, um Resumo Executivo e a Matriz Estratégica podem ser acessados no site do projeto www.planaflor.org.

Propósito

Oferecer aos governantes e à sociedade brasileira uma estratégia de desenvolvimento para o país que considere a sustentabilidade da produção agropecuária, o uso do solo e a proteção e recuperação das florestas e outros ecossistemas como principais vetores de geração de oportunidades de trabalho, renda, empreendedorismo e prosperidade no meio rural.

Premissas

LÍDER MUNDIAL EM PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

Consolidar o papel de liderança do Brasil como potência global do setor agropecuario e da conservação da biodiversidade. O país tem o potencial de obter vantagens econômicas, sociais, ambientais e geopolíticas se investir em metas para o clima, segurança alimentar, inclusão social e conservação da biodiversidade, elementos essenciais do PlanaFlor e temas centrais na agenda internacional contemporânea.

BASES PARA UMA ECONOMIA VERDE

O crescimento econômico do país deve ser pautado por um modelo de desenvolvimento que tenha nas práticas sustentáveis de produção rural e nas soluções baseadas na natureza seus pilares essenciais.

OPORTUNIDADES DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

O Brasil dispõe de legislação, tecnologia e conhecimento para estabelecer uma economia verde, com base sustentável. Um plano de escala nacional, baseado em inteligência territorial e estratégica, como o PlanaFlor, é essencial para avançar os recursos financeiros necessários para essa transformação.

TRANSIÇÃO SUSTENTÁVEL DA PRODUÇÃO RURAL COM BASE NA PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA

O Código Florestal é um marco legal poderoso para fomentar a produção agropecuária com sustentabilidade e, sobretudo, livre de desmatamento. Nele são apresentadas ferramentas adequadas e custo-efetivas para promover a transição sustentável de nossa agricultura.

IMPACTO POSITIVO NO PIB NO MÉDIO PRAZO

Modelos econômicos elaborados pelo PlanaFlor indicam impacto positivo no PIB ao longo do período de transição (2023-2030). Há também forte potencial para ganhos de longo prazo significativos, incluindo ganhos de produtividade e externalidades econômicas positivas.

Inserir a vegetação nativa do Brasil no centro das estratégias de desenvolvimento do país, tendo o Código Florestal como principal eixo normativo, e seus dispositivos como propulsores de um modelo de desenvolvimento sustentável, inclusivo e duradouro.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO NORMA

O desenvolvimento da agricultura, da pecuária e da silvicultura em bases sustentáveis e com cumprimento das normas legais é fundamental para revitalizar a economia rural, criar empregos, gerar divisas, assegurar reputação positiva para o agronegócio e para o país, proteger e recuperar a vegetação nativa e proteger os serviços ecossistêmicos dos quais a produção rural depende, incluindo a regulação do clima.

EXPANSÃO DA PRODUÇÃO RURAL SEM DESMATAMENTO

No Brasil, há pastos degradados em quantidade suficiente para expandir a área destinada a todas as atividades rurais, além de recompor as reservas legais e as áreas de preservação permanente, nos termos da lei, em todos os biomas brasileiros, sem a necessidade de expandir o desmatamento. É falsa a dicotomia entre crescimento econômico e conservação ambiental.

INSTRUMENTOS PARA CADEIAS PRODUTIVAS INCLUSIVAS E DE BAIXO CARBONO

Os instrumentos econômicos públicos e privados devem estimular cadeias produtivas de baixo carbono, livres de desmatamento e socialmente inclusivas, além de incentivar negócios de impacto que favoreçam a conservação do meio ambiente e o bem-estar das pessoas.

INCENTIVOS PARA CONSERVAÇÃO DO CAPITAL NATURAL

A vegetação conservada é um importante ativo econômico pela sua importância para a manutenção de serviços essenciais para a agropecuária (regulação e qualidade hídrica, proteção do solo, polinizadores etc.) e tende a ganhar ainda mais valor financeiro nas próximas décadas, por meio da organização dos mercados de ativos ambientais.

Estratégia para a Implementação do Código Florestal

Representação gráfica da matriz estratégica do PlanaFlor: objetivos, estratégias, ações e metas.

TIPOS DE AÇÃO

- Planejamento estratégico e articulação institucional, alterações regulatórias e operacionais
- Fomento e fortalecimento de cadeia produtiva
- Programas de PSA, CRA e Carbono
- Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)
- Incentivos fiscais
- Crédito e seguro
- Dotação orçamentária
- Melhorias tecnológicas



1 FORTALECER A CAPACIDADE INSTITUCIONAL

Metas: Cadastrar **140 Mha** no CAR e acelerar a análise dos cadastros. Fortalecimento do **sistema de monitoramento** com tecnologia e cruzamento de base de dados.

5 FORTALECER A SILVICULTURA SUSTENTÁVEL

Metas: 4 milhões de hectares adicionais de silvicultura em áreas de pastagens degradadas. Fomentar a **silvicultura** de usos múltiplos e com espécies nativas.

2 EXPANDIR A AGRICULTURA SEM DESMATAMENTO

Metas: Expandir a agricultura em **11,3 Mha** de áreas prioritárias (pastagem degradada, alta aptidão agrícola e baixo potencial de regeneração). **110 Mha** de excedente de Reserva Legal conservados.

6 AMPLIAR A PROTEÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA EM ÁREAS PRIVADAS, PROTEGIDAS E NÃO PROTEGIDAS

Metas: Zerar desmatamento ilegal até **2030**. **110 Mha** de excedente de Reserva Legal conservados. **154 Mha** de áreas potencialmente disponíveis para CRA conservadas e comercializadas.

3 EXPANDIR A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE BAIXO CARBONO

Meta: **20,4 Mha** de áreas prioritárias para agricultura de baixo carbono até **2030** (áreas de pasto degradado e baixo estoque de carbono no solo).

7 RESTAURAR ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E DE RESERVA LEGAL

Metas: Restaurar e reflorestar **12,1 Mha** de vegetação nativa até **2030**, sendo **8,1 Mha** de APP e **4 Mha** de Reserva Legal, cumprindo as metas do Planaveg e dos compromissos de Paris.

4 PROMOVER A AGRICULTURA FAMILIAR SUSTENTÁVEL

Meta: Fortalecer **557 municípios** com alto grau de fragilidade da Agricultura Familiar.

8 APERFEIÇOAR SISTEMAS DE CRÉDITO, INCENTIVOS FINANCEIROS E TRIBUTÁRIOS

Meta: Proporcionar **incentivos econômicos e financeiros** para a conservação e a restauração florestal e para a agropecuária sustentável e de baixo carbono.

Potencial estimado

401
bi

De reais mobilizados
em 8 anos

0,07
%

Crescimento no PIB
(R\$ 6,2 bi/ano)

ECONOMIA

32,5
bi/ano

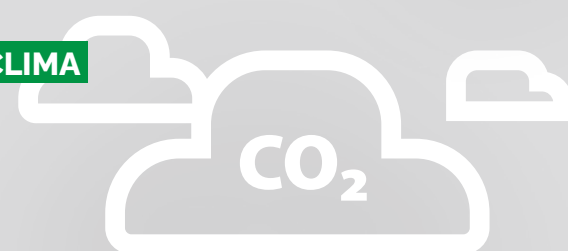
De reais em receitas
adicionais



+25 GtCO₂e

Em reduções de emissões

CLIMA



GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA



+2,5
mi

Novos
postos

+2,6
mi

Agricultores familiares
beneficiados

+31,7
Mha

Agricultura de
Baixo Carbono

11,4
Mha

Beneficiados na
agricultura familiar

AGRICULTURA



MEIO AMBIENTE



110
Mha

Excedente de Reserva
Legal protegidos

12
Mha

Vegetação nativa
restaurada

Resultados esperados

EXPANSÃO DA AGRICULTURA SEM DESMATAMENTO

O PlanaFlor identificou e espacializou 15,7 milhões de hectares de áreas adequadas para a expansão da agricultura no território nacional (áreas de pastagens com médio e alto grau de degradação, com alta aptidão agrícola e baixo potencial de regeneração natural). Essa área é superior aos 11,3 milhões de hectares de crescimento projetado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) até 2030, indicando ser possível atingir as metas de crescimento da produção agrícola sem novos desmatamentos.

Áreas recomendadas para a expansão da agricultura no Brasil.



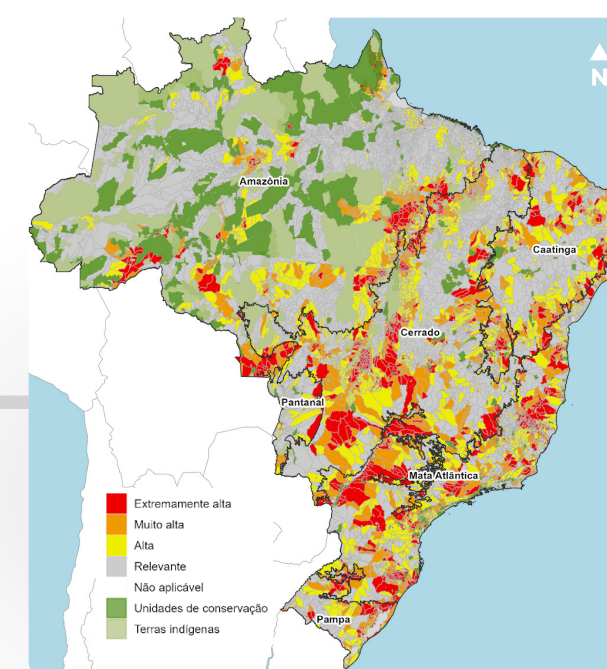
PRIORIZAÇÃO DE ÁREAS PARA RECOMPOSIÇÃO DE VEGETAÇÃO

O Brasil possui cerca de 18,8 milhões de hectares de déficit de vegetação nativa em propriedades rurais (8,1 milhões em APPs e 10,7 milhões em Reserva Legal). Por outro lado, o país tem mais de 110 milhões de hectares de vegetação em propriedades rurais que excedem o mínimo exigido por lei.

O PlanaFlor identificou e espacializou as áreas prioritárias para recomposição do déficit de vegetação nativa, levando em conta o custo-efetividade, priorizando áreas de pasto degradado, com baixa aptidão agrícola e alto potencial de regeneração natural, localizados em bacias hidrográficas importantes para abastecimento hídrico e geração de hidroeletricidade.

A recomposição de todo o déficit de vegetação em APPs e parte do déficit em Reserva Legal levará o Brasil a cumprir com as metas assumidas no Plano Nacional de Recuperação de Vegetação Nativa (Planaveg) e nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC) do Acordo de Paris.

Microbacias prioritárias para recomposição de áreas de preservação permanente e reserva legal no Brasil.



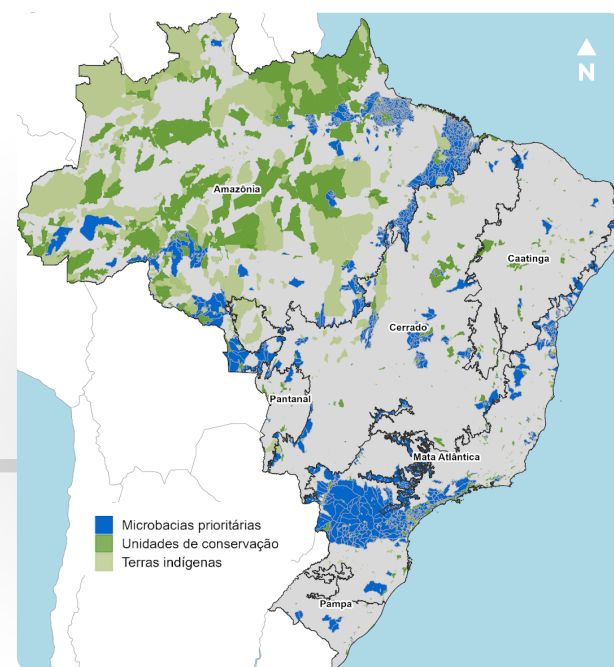
PROTEÇÃO DE EXCEDENTES DE RESERVA LEGAL

O PlanaFlor identificou oportunidades de valorização dos excedentes de vegetação existentes nos imóveis rurais, por meio de incentivos fiscais (crédito e subsídios, por exemplo) e por meio do mercado de serviços ambientais, especialmente carbono, com potencial para gerar mais de R\$ 30 bilhões por ano. Este recurso induzirá a conservação dessas áreas, uma vez que, além de criar o incentivo para sua preservação, proporciona os recursos necessários para a recuperação de áreas de pastagem degradada e a expansão da agricultura sustentável e de baixo carbono.

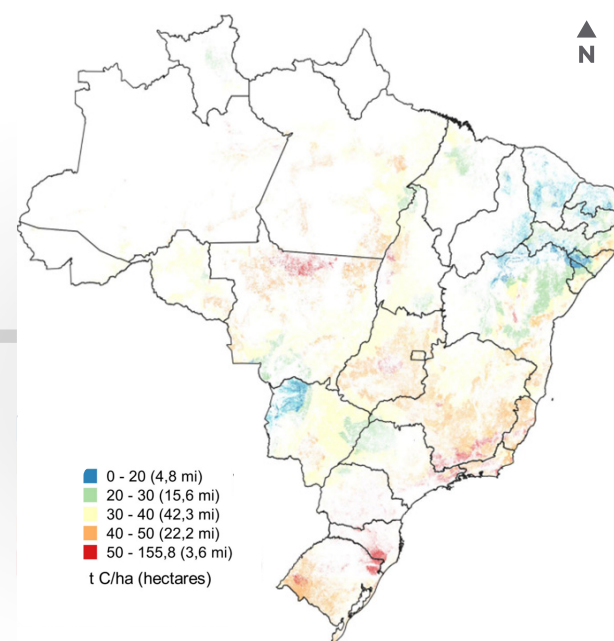
PROMOÇÃO DA AGRICULTURA DE BAIXO CARBONO

Para orientar as políticas direcionadas ao fortalecimento de sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF), o PlanaFlor identificou 34,6 milhões de hectares de áreas recomendadas para o estabelecimento e expansão desses sistemas de produção (áreas de pasto degradadas, com baixa concentração de carbono no solo). A adoção dessas práticas pode reduzir as emissões de gases de efeito estufa provenientes da agropecuária brasileira e aumentar a produtividade em áreas de pastagens degradadas, trazendo maior retorno econômico para o país, ao mesmo tempo em que conserva os ativos ambientais e a biodiversidade.

Microbacias prioritárias para compensação de áreas de Reserva Legal no Brasil.



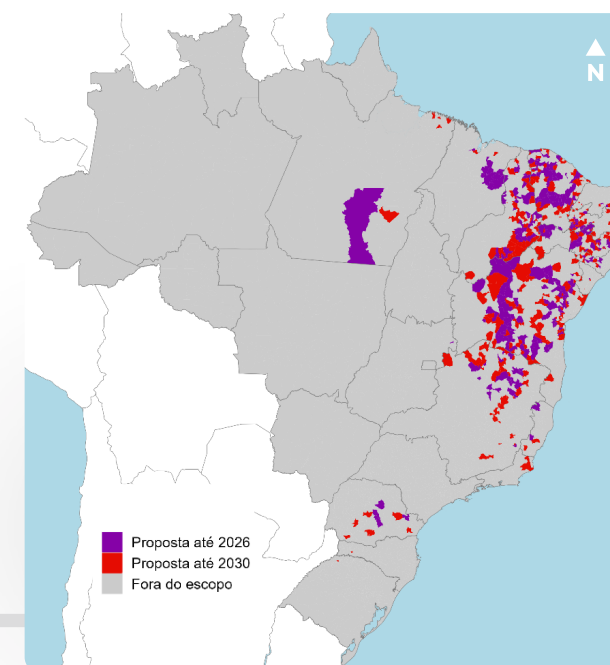
Áreas prioritárias para agricultura de baixo carbono.



FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar é importante para a produção de alimentos da cesta básica e para a inclusão social no campo. Considerando a importância do setor e a necessidade de direcionar políticas públicas que incentivem a agricultura familiar a alcançar seu potencial em todo território nacional, o PlanaFlor desenvolveu um índice de fragilidade dos municípios brasileiros em relação à agricultura familiar. Com base em quatro critérios (produtividade das principais culturas usadas na agricultura familiar, densidade de estabelecimentos familiares, desigualdade social e déficit de vegetação em APPs), foram identificados 557 municípios prioritários para o direcionamento de políticas públicas relacionadas à agricultura familiar. Isso resultará no fortalecimento da agricultura familiar onde ela mais precisa, impactando a produção de alimentos em 11,4 milhões de hectares e beneficiando 2,6 milhões de agricultoras e agricultores familiares.

Municípios prioritários para fortalecimento da agricultura familiar.



CRESCIMENTO DO PIB E GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

Os modelos econômicos elaborados pelo PlanaFlor refutam a tese de prejuízo ao crescimento do país por conta da implementação do Código Florestal. Os impactos positivos ou neutros sobre as atividades econômicas em geral são predominantes, enquanto os benefícios ambientais mostram-se favoráveis, em especial para a economia rural. As projeções mostram que até 2030 a implementação do Código Florestal pode gerar um aumento no PIB de R\$ 6,2 bilhões por ano, mobilizando recursos na ordem de R\$ 400 bilhões até 2030 e gerando cerca de 2,5 milhões de empregos.

BENEFÍCIOS CLIMÁTICOS

A implementação efetiva do Código Florestal, considerando apenas a restauração de APPs e áreas de Reserva Legal e a conservação dos excedentes de vegetação nativa, gerará um balanço positivo de cerca de 25 Gt de CO₂eq (remoções e emissões evitadas), levando o Brasil a cumprir as metas assumidas internacionalmente.

Impactos



**FORTALECIMENTO
INSTITUCIONAL**



**CRESCIMENTO DO
PIB E GERAÇÃO
DE TRABALHO
E RENDA**



**EXPANSÃO DA
AGRICULTURA SEM
DESMATAMENTO**



**PROMOÇÃO DA
AGRICULTURA DE
BAIXO CARBONO**



**FORTALECIMENTO
DA AGRICULTURA
FAMILIAR**



**PRIORIZAÇÃO
DE ÁREAS PARA
RECOMPOSIÇÃO
DE VEGETAÇÃO**



**PROTEÇÃO DO
EXCEDENTE DE
RESERVA LEGAL**



**RECUPERAÇÃO
DE ÁREAS COM
PASTAGEM
DEGRADADA**



**ALÍVIO DA
PRESSÃO POR
DESMATAMENTO**



**BENEFÍCIOS
CLIMÁTICOS**



**CUMPRIMENTO
DAS METAS
DEFINIDAS NA NDC**



**PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS
ECOSSISTÊMICOS**

Para saber mais

Todos os estudos e mapeamentos realizados, incluindo a íntegra do Plano, o Resumo Executivo e a Matriz Estratégica podem ser acessados no site do projeto www.planaflor.org.

Realização



Apoio



NICFI Norway's
International Climate
and Forest Initiative